

1S04 | Auditor Interno

Instruções



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**.
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade!

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchidos e assinados.



14 de dezembro



40 questões



8 às 11h



3h de duração*

Preencha abaixo o seu nome completo de forma legível (não abrevie o primeiro e o último nomes)

nº de ordem

<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>

Observações

Para prestar a Prova Escrita com questões objetivas, o candidato receberá um **caderno de questões** e um **cartão-resposta**, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e/ou no cartão-resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do certame envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. Na impossibilidade da substituição do caderno de provas, o fiscal de sala fará a leitura correta do item impresso com incorreção ou o copiará para que todos anotem. O tempo gasto para a substituição ou correção dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta azul ou preta, seguindo as instruções nele contidas.

As provas serão corrigidas exclusivamente com base nas marcações do cartão-resposta, sendo desconsideradas quaisquer anotações realizadas no caderno de questões.

O caderno de provas não será disponibilizado ao candidato e será descartado após o término do período recursal.

O preenchimento do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital e no cartão que não será substituído por erro do candidato.

Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões. Os três últimos candidatos que restarem na sala de prova só poderão entregar as provas simultaneamente.

Língua Portuguesa

10 questões

Texto 1

Leia com atenção a tradução feita por Paloma Vidal do poema de Tamara Kamenszain no livro *O eco da minha mãe*:

*Não posso narrar.
Que pretérito me serviria
se minha mãe já não me tece?*

*Desencaminhada então eu me detenho
ante um estado de coisas presente demais:
ser a descuidada que cuida dela
enquanto outros a descuidam por mim.*

*São pessoas que me sobram
e a gramática se torna um escândalo
quando ela que esqueceu as palavras
adianta seu bebê furioso
a fim de dizer tudo
mesmo que nada se entenda.*

KAMENSZAIN, Tamara. *O gueto / O eco da minha mãe*. Tradução de Paloma Vidal e Carlito Azevedo. Edição bilingue. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 77.

1. Neste poema do texto 1, os versos que dizem “São pessoas que me sobram / e a gramática se torna um escândalo / quando ela que esqueceu as palavras / adianta seu bebê furioso / a fim de dizer tudo / mesmo que nada se entenda” têm como objetivo expressar que:

- existe muita rigidez nas normas gramaticais exigidas pela escola.
- a fala materna tende a ser amorosa, sendo assim, é sempre difícil de ser expressa pela linguagem.
- o ser humano perde a vontade de se expressar quando perde o domínio das palavras.
- há experiências e pensamentos que não cabem inteiramente nas palavras, tornando a linguagem incapaz de traduzir com exatidão tudo o que o eu sente.
- só é possível atingir um nível de compreensão da fala do outro a partir do uso de uma gramática normativa.

2. No texto 1, em “Desencaminhada então eu me detenho”, o termo “Desencaminhada” desempenha a função sintática de:

- Aposto explicativo.
- Predicativo do sujeito “eu”.
- Sujeito do verbo “detenho”.
- Adjunto adverbial de modo.
- Objeto direto de “detenho”.

3. Considere os versos do poema apresentado no texto 1 e assinale a alternativa em que a pontuação empregada segue a Norma Culta Padrão e não altera o sentido original do enunciado.

- Desencaminhada então, eu me detenho [...]
- Não posso narrar que pretérito me serviria, se minha mãe já não me tece?
- São pessoas, que me sobram, e a gramática se torna um escândalo.
- Desencaminhada, então eu me detenho ante, um estado de coisas presente demais.
- quando ela, que esqueceu as palavras, adianta seu bebê furioso [...]

4. Leia os versos do poema apresentado no texto 1.

*“Ser a descuidada que cuida dela
enquanto outros a descuidam por mim.”*

Assinale a alternativa **correta** em relação ao verso.

- O pronome “por mim” funciona como pronome reflexivo indireto, reforçando o sujeito “eu”.
- Em “a descuidam” o “a” faz papel de artigo definido.
- O pronome “dela” é um pronome oblíquo átono que funciona como objeto direto do verbo “cuidar”.
- O pronome “a”, em “a descuidam” é um pronome oblíquo átono, que se refere à mãe da voz poética do texto.
- Os pronomes “dela” em “cuida dela” e “a” em “a descuidam” referem-se a sujeitos distintos, gerando ambiguidade que compromete a coesão dos versos.

5. Considerando as orientações presentes no Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa **correta** acerca do uso de “Att.” e “Atenciosamente” no fecho de e-mails profissionais na administração pública.

- a. Atenciosamente deve ser preferido, pois é o fecho padrão em comunicações oficiais.
- b. Att. e Atenciosamente são equivalentes e devem ser usados indistintamente, segundo o manual citado, desde que acompanhados da assinatura do remetente.
- c. Att. é a forma recomendada em e-mails oficiais, enquanto o uso do Atenciosamente diz respeito às correspondências impressas.
- d. Ambas as formas são consideradas incorretas em comunicações oficiais, devendo-se utilizar Cordialmente.
- e. O uso das duas formas é opcional, podendo ser substituído por outras palavras de escolha daquele que redigiu o e-mail, desde que priorize a formalidade do documento.

6. De acordo com as normas de grafia de cargos com nomes compostos previstas no Manual de Redação da Presidência da República e segundo o uso do hífen estabelecido pelo último Acordo Ortográfico, assinale a alternativa em que **todas** as expressões estão corretamente grafadas.

- a. Primeiro Ministro • Tenente Coronel • Vice-presidente • editor-chefe
- b. Primeira Dama • Primeiro Ministro • Capitão de mar e guerra • Ex diretor
- c. relator-geral • tenente-coronel • vice-presidente • primeira-dama
- d. editor-chefe • capitão-tenente • primeira dama • diretor adjunto
- e. ex-diretor • vice-coordenador • Vice Presidente • Primeiro Secretário

7. A respeito do uso ou não do hífen, assinale a alternativa que apresenta as palavras escritas em grafia condizente ao último Acordo Ortográfico.

- a. co-autor • microondas • para-olímpico
- b. co-orientador • auto-estima • ultrassom
- c. auto-avaliação • antiinflamatório • panamericano
- d. contrargumento • vaga-lume • super-herói
- e. minissaia • autorretrato • contra-ataque

Texto 2

A seguir, leia alguns trechos da canção Se avexe não, de Tássia Reis, e, com base neles, responda às questões 8 a 10.

*Se avexe não
Não chore
Nem se demore nesta dor
Porque acalanto do seu coração
Está vindo e é tão lindo
Quanto esta canção*

[...]

*Só sorri quando quero chorar
Isso não foi difícil aprender, mas
Desaprendo pra algo mudar
E assim eu me fortalecer*

*Me permito desmoronar
Desaguar todo entristecer
Pra que seja possível curar
Me amar e me prevalecer*

*Pra quando um amor chegar
Enxergar e não desfalecer
Sem alguns dos seres desfrutar
De uma fonte de um belo querer*

[...]

REIS, Tássia. Se avexe não. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/tassia-reis/se-avexe-nao/significado.html>. Acessado em: 29/10/2025.

8. Sintaticamente, no verso “Me permito desmoronar”, há quantos objetos?

- a. Nenhum objeto, pois o verbo é intransitivo e a forma reflexiva apenas reforça o sujeito.
- b. Um objeto, já que o verbo “permitir” exige apenas um complemento, representado por “desmoronar”.
- c. Dois objetos, que estão representados pelo “me” e por “desmoronar”.
- d. Dois objetos indiretos, porque ambos os termos dependem de preposição implícita.
- e. Três objetos, considerando o verbo “permitir” e suas formas reflexivas como complementos distintos.

9. No texto 2, nos versos da canção de Tássia Reis, o eu lírico declara:

*“Só sorri quando quero chorar
Isso não foi difícil aprender, mas
Desaprendo pra algo mudar”*

Para que o ato de “desaprender” mencionado na canção se torna essencial no processo de transformação pessoal da voz poética?

- a. Para poupar os outros do incômodo de testemunhar seu sofrimento, mantendo a tristeza restrita à esfera privada.
- b. Para permitir que o contato autêntico com um sentimento real sirva como etapa necessária para um processo de cura e fortalecimento interno.
- c. Para eliminar de vez a tristeza, visto que ela se mostra um obstáculo à conquista da felicidade plena.
- d. Por acreditar que a expressão sincera de sentimentos é um sinal de fraqueza que deve ser superada, desaprendida.
- e. Com o objetivo do eu lírico resolver-se consigo mesmo de maneira privada, sem misturar a vida pública do que é íntimo.

10. O primeiro verso da canção, “Se avexe não”, introduz imediatamente uma marca de oralidade que nos reporta a um estilo de variação linguística amplamente praticada em território brasileiro.

Analisando o contexto social e geográfico de uso dessa expressão, qual é o principal papel que ela cumpre na caracterização da linguagem da música?

- a. O uso de “avexe” no contexto dessa música atua como variação diatópica.
- b. O verso exemplifica um uso de variação especificamente diageracional do falante.
- c. A construção do verso é determinada exclusivamente pela formalidade do registro. Sendo “avexe” um termo considerado uma variação diastrática.
- d. O termo ilustra uma evolução histórica da língua. Sua presença na canção indica uma forma linguística que era comum no Brasil Colônia, mas que atualmente não possui mais uso nas diferentes regiões brasileiras, tratando-se de uma variação diacrônica.
- e. O uso de “Se avexe não” é uma criação individual da artista Tássia Reis, configurando o termo “avexe” como neologismo.

Legislação Municipal

10 questões

11. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Joaçaba, analise as afirmativas abaixo sobre o Conselho do Município.

1. O Conselho é o órgão superior de consulta do Prefeito, com participação somente do Vice-Prefeito, do Presidente da Câmara Municipal e dos Secretários Municipais.
2. Compete ao Conselho pronunciar-se sobre questões relevantes de interesse do Município.
3. Os membros do Conselho do Município não serão remunerados.
4. O Conselho será convocado pelo Prefeito, no mínimo bimestralmente, ou sempre que entender necessário.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 2.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

12. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba (Lei Complementar nº 76, de 2003, com suas alterações posteriores).

- a. São requisitos básicos para investidura em cargo público, dentre outros, a nacionalidade brasileira, a idade mínima de dezesesseis anos e aptidão física e mental.
- b. São formas de provimento de cargo público apenas a nomeação, a readaptação e a reintegração.
- c. A nomeação e a posse ocorrerão no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de convocação, podendo efetivar-se a posse mediante procuração específica.
- d. O concurso público terá validade de até 3 (três) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- e. A nomeação far-se-á em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de provimento efetivo e para cargos declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

13. Conforme estabelece a Lei Orgânica do Município de Joaçaba, compete ao Município instituir os seguintes tributos:

1. Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).
2. Contribuição de Melhoria, decorrente de obra pública.
3. Contribuição para Custeio de Sistemas de Previdência, Saúde e Assistência Social.
4. Contribuição para os Serviços de Iluminação Pública (COSIP).

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

14. Analise as afirmativas abaixo com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba (Lei Complementar nº 76, de 2003, com suas alterações posteriores).

1. A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.
2. Constituem indenizações ao servidor as diárias, o transporte e o adicional de produtividade.
3. As indenizações incorporam-se ao vencimento ou provento do titular para qualquer efeito.
4. As gratificações nunca se incorporam ao vencimento ou provento.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 1.
- b. São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

15. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei Complementar nº 211, de 2011, com suas respectivas atualizações, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Joaçaba.

- a. É permitida a acumulação de diversas progressões por titulação.
- b. O servidor que completar 15 anos de serviço público ao Município de Joaçaba fará jus ao adicional de 25%, calculado sobre o salário-base.
- c. Será concedido aos servidores efetivos, há cada 3 anos, adicional à razão de 2% sobre o salário-base.
- d. A progressão por titulação é uma vantagem pecuniária permanente, incorporando-se ao salário base do servidor.
- e. O desenvolvimento nas carreiras em geral do servidor dar-se-á por meio da progressão vertical.

16. Nos termos da Lei Complementar nº 76, de 2003, com suas alterações posteriores, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, é **correto** afirmar:

- a. Recondução é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro de pessoal.
- b. Remoção é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- c. Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- d. Reversão é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante.
- e. Redistribuição é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada por junta médica oficial.

17. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, assinale a alternativa **correta** a respeito do Poder Legislativo.

- a. Cada legislatura terá a duração de 02 (dois) anos, compreendendo, cada ano, 01 (uma) Sessão Legislativa.
- b. A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente em sessão legislativa anual de 01 de janeiro a 31 de dezembro.
- c. O processo Legislativo compreende, dentre outros, as leis complementares, as leis ordinárias, as medidas provisórias e os tratados internacionais.
- d. Compete à Câmara Municipal, independentemente de sanção do prefeito, autorizar a concessão de serviços públicos.
- e. Os Vereadores são invioláveis pelas suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

18. Analise as afirmativas abaixo nos termos da Lei Complementar nº 211, de 2011, com suas respectivas atualizações, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Joaçaba.

1. A avaliação de desempenho será considerada positiva, e ensejará a progressão horizontal, se o servidor obtiver os conceitos "Regular", "Bom" ou "Excelente".
2. Não é permitido o acúmulo de mais de uma função de confiança no âmbito da Administração Direta.
3. É vedada a passagem do servidor de um cargo para outro, salvo aprovação em novo concurso público.
4. Os empregos públicos serão regidos pelo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, não se aplicando aos mesmos as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

19. Com fundamento na Lei Orgânica do Município de Joaçaba, é de competência privativa do Município:

- a. proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, e ao esporte.
- b. proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- c. fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- d. fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais.
- e. combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social.

20. Com base na Lei Complementar nº 211, de 2011, com suas respectivas atualizações, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Joaçaba, analise as afirmativas sobre a "formação continuada".

1. Existem 5 modalidades de formação continuada.
2. A formação de "atualização" objetiva dotar o servidor de conhecimentos e técnicas referentes às atribuições que desempenha, mantendo-o permanentemente capacitado.
3. As chefias de todos os níveis hierárquicos não participarão dos programas de formação continuada.
4. A formação de "integração", tem como finalidade integrar o servidor no ambiente de trabalho, por meio de informações sobre a organização e o funcionamento do Poder Executivo da Administração Direta.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

Conhecimentos Específicos

20 questões

21. Leia o texto abaixo:

Estudo aponta falhas no sistema de controle interno dos municípios brasileiros

Um novo estudo do Banco Mundial e do Conselho Nacional de Controle Interno, Conaci, aponta que um quarto dos municípios brasileiros não têm Unidades Centrais de Controle Interno estruturadas.

Por isso, eles ficam mais suscetíveis a fraudes em licitações, nepotismo, falta de acompanhamento da execução de políticas públicas e baixo diálogo com a sociedade civil, entre outros problemas. O diagnóstico foi feito com apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, Atricon.

Fonte: Extrato de notícia disponível em <https://news.un.org/pt/story/2023/06/1816352>

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 265, quando o auditor interno constatar que há deficiências significativas de controle interno identificadas durante a auditoria em uma entidade do setor público, então o auditor deve:

- a. Comunicar tempestivamente por escrito aos responsáveis pela governança da entidade.
- b. Decidir quando as deficiências significativas de controle interno devem ser corrigidas.
- c. Reduzir a quantidade de testes e procedimentos de auditoria aplicados à entidade.
- d. Providenciar a correção das deficiências significativas de controle interno para evitar que elas causem danos à entidade.
- e. Alterar as demonstrações contábeis para que elas reflitam o impacto das deficiências significativas de controle interno identificadas.

22. Em uma auditoria no Programa Municipal de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, orçado em R\$ 12 milhões (recursos próprios e de convênio federal), foram identificados os seguintes achados:

1. Pagamentos antecipados a fornecedor sem entrega de bens (R\$ 800 mil), em desconformidade com a Lei nº 4.320/1964.
2. Frota de caminhões subutilizada (média de 45% da capacidade), com rotas ineficientes e sobreposição de itinerários.
3. Apenas 28% dos resíduos recicláveis foram efetivamente separados na fonte, apesar da meta de 50% fixada no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos.
4. Licitação dispensada indevidamente para aquisição de veículos coletores (R\$ 2,5 milhões), sem justificativa de emergência, contrariando a Lei nº 14.133/2021.

Com base na situação descrita e nos conhecimentos sobre Auditoria no setor público, é **correto** afirmar que o achado:

- a. **1** foi identificado em auditoria de conformidade, mas como não houve superfaturamento ou dano ao erário, o fato é irrelevante quando comparado ao total de recursos do programa.
- b. **1** é fato meramente contábil, que exige implementação ou reforço de controles internos, sem apontamento em relatório de auditoria e necessidade de responsabilização, em especial se os recursos forem do convênio Federal.
- c. **2** foi identificado em auditoria financeira, classificado como falha de desempenho, pois impacta diretamente na economia e eficiência do programa, porém sem a necessidade de plano de ação corretiva com indicadores de produtividade.
- d. **3** não tem relação com qualquer tipo de auditoria, pois a meta não atingida de reciclagem de 50% não pode ser considerada dentro do padrão de eficiência ou de conformidade operacional.
- e. **4** foi identificado em auditoria de conformidade, que objetiva avaliar a legalidade e a legitimidade dos atos, identificando desvios e assegurando que os padrões estabelecidos sejam seguidos.

23. Ao final de um exercício financeiro, um município apresentou os seguintes valores relativos aos dispêndios de recursos.

Dispêndios de recursos relativos a:	Valor (R\$)
Juros e encargos da dívida	20.000
Material de consumo	25.000
Devolução de caução de licitação	10.000
Serviços de consultoria	15.000
Inversões financeiras	30.000
Auxílio financeiro a estudantes	5.000
Investimentos	50.000

O valor do total dos dispêndios de recursos classificados na categoria econômica de despesas correntes é de:

- a. R\$ 60.000.
- b. R\$ 65.000.
- c. R\$ 75.000.
- d. R\$ 95.000.
- e. R\$ 85.000.

24. De acordo com os conhecimentos sobre avaliação de riscos previstos na ISO 31000:2018, o propósito da avaliação de riscos é apoiar decisões.

A avaliação de riscos envolve a comparação dos resultados da análise de riscos com os critérios de risco estabelecidos para determinar onde é necessária ação adicional. Isto pode levar a uma decisão de:

1. Eliminar os critérios de risco em funcionamento.
2. Considerar as opções de tratamento de riscos.
3. Manter os controles existentes.
4. Reconsiderar os objetivos.
5. Diminuir os padrões de medição de riscos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 5.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 4 e 5.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 5.

25. Um auditor interno foi questionado sobre a demonstrações contábil aplicada ao setor público que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Nesse caso, a resposta do auditor interno deve ser que a demonstração contábil é:

- a. O balanço financeiro.
- b. O balanço patrimonial.
- c. O balanço orçamentário.
- d. A demonstração dos fluxos de caixa.
- e. A demonstração das variações patrimoniais.

26. Considere a seguinte situação hipotética: Maria foi servidora efetiva do município de Santa Paulina por 35 anos e exercia o cargo efetivo de auditora interna. Foi aposentada pelo regime próprio de previdência do município no ano de 2024. Em 2025, foi nomeada pelo prefeito do município de Santa Paulina para exercer o cargo comissionado (de livre nomeação e exoneração) de assessora contábil.

Nesse caso, de acordo Constituição Federal, a nomeação de Maria para o cargo comissionado:

- a. Foi irregular, pois o exercício de cargo comissionado de assessora contábil não está entre as hipóteses previstas de acumulação de cargos no serviço público.
- b. Foi regular, mas Maria deve optar pelo recebimento dos proventos da aposentaria ou da remuneração do cargo comissionado.
- c. Foi regular, e Maria poderá acumular os proventos da aposentaria a com a remuneração do cargo comissionado.
- d. Foi irregular, pois a Constituição Federal veda a nomeação de servidores aposentados pelo regime próprio de previdência em cargo comissionado no mesmo ente.
- e. Foi irregular, já que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários de dois cargos de professor.

27. De acordo Constituição Federal, o servidor público estável só perderá o cargo:

1. Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
2. Diplomação e posse em cargo de mandato político.
3. Extinção do cargo ou declarada a sua desnecessidade.
4. Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

28. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa:

- a. Decorrente da execução de passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, em especial as obrigações reconhecidas depois de encerrado o exercício financeiro.
- b. Oriunda de restos a pagar, em que a disponibilidade de caixa ou a receita corrente não são suficientes para honrar os compromissos assumidos por até três exercícios financeiros.
- c. De exercícios anteriores, em que o demonstrativo das metas anuais, demonstre o seu impacto no exercício atual e nos três exercícios seguintes.
- d. Corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- e. De capital, decorrente da aplicação de recursos públicos, próprios ou recebidos em transferência, em obras ou equipamentos, que gere desembolsos financeiros ao longo de até quatro exercícios.

Caso 1

Para responder às questões 29 e 30, considere que ao final de um exercício financeiro, os seguintes itens e valores foram extraídos do balanço orçamentário de um município.

Itens	Valores (R\$)
Previsão inicial das receitas orçamentárias	480.000
Receitas orçamentárias realizadas	520.000
Dotação inicial das despesas orçamentárias	480.000
Dotação atualizada das despesas orçamentárias	510.000
Despesas orçamentárias empenhadas	500.000
Despesas orçamentárias liquidadas	450.000
Despesas orçamentárias pagas	430.000

29. O resultado orçamentário do exercício foi de:

- a. R\$ 0,00.
- b. R\$ 10.000.
- c. R\$ 20.000.
- d. R\$ 50.000.
- e. R\$ 40.000.

30. O valor dos restos a pagar processados inscritos ao final do exercício financeiro foi de:

- a. R\$ 10.000.
- b. R\$ 20.000.
- c. R\$ 30.000.
- d. R\$ 40.000.
- e. R\$ 50.000.

31. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem:

- a. Lançados, nas respectivas contas contábeis.
- b. Liquidados, incluindo eventuais juros e multas.
- c. Arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.
- d. Empenhados, considerando a competência do exercício.
- e. Processados, independente de autorização financeira.

32. Considere a seguinte situação hipotética:

Um município, ao elaborar a proposta orçamentária para o exercício de 2026, incluiu no projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) os seguintes itens:

1. Fixação de despesa referente de R\$ 300 mil para o pagamento de diárias a servidores municipais.
2. Proibição de uso qualquer tipo de aparelhos que produzam som ou ruído em praças e parques.
3. Autorização para que o município obtenha empréstimo (operação de crédito) junto à instituição financeira.
4. Exigência de utilização de focinheiras para cachorros de grande porte em áreas públicas do município.

Ao analisar a proposta da LOA, um auditor interno observou que alguns itens não cumprem a exigência do princípio orçamentário da exclusividade.

Nesse caso, podem constar na LOA:

- a. Somente os itens 1 e 3.
- b. Somente os itens 1 e 4.
- c. Somente os itens 2 e 3.
- d. Somente os itens 1, 2 e 4.
- e. Somente os itens 2, 3 e 4.

33. Um município realizou o leilão de 20 imóveis de sua propriedade e obteve receita de R\$ 1.500.000, classificada na categoria econômica de capital total.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), a aplicação pelo município dessa receita de capital pode ocorrer em despesas, autorizadas por lei, destinadas:

- a. À aquisição de uniformes e material escolar para os estudantes da educação básica do município.
- b. À melhoria do sistema público de saúde do município, incluindo a aquisição de medicamentos.
- c. Ao regime de previdência social próprio dos servidores públicos municipais.
- d. Ao pagamento de salários e encargos sociais dos professores ou profissionais da educação municipal.
- e. Ao fundo de infraestrutura, incluindo gastos com o asseio e a conservação das vias municipais.

34. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), a concorrência é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

1. Menor tempo de execução.
2. Melhor técnica ou conteúdo artístico.
3. Maior retorno econômico.
4. Maior experiência no objeto licitado.
5. Maior desconto.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 5.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 4 e 5.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 5.

35. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente, é condição necessária para:

- a. A concessão de incentivo fiscal ou financeiro.
- b. O cadastro em sistema de registro de preços.
- c. O recebimento de subvenção social.
- d. A posse e o exercício de agente público.
- e. A assinatura de contrato administrativo com a administração pública.

36. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro de pessoal, é chamado de:

- a. Reversão.
- b. Recondução.
- c. Reintegração.
- d. Readaptação.
- e. Remoção.

37. Durante o planejamento de seus trabalhos, um auditor interno dividiu os 5.000 empenhos de despesas (população) realizados por uma entidade do setor público em um período em subpopulações. A divisão considerou faixas de valores monetários, sendo que cada faixa foi considerada um grupo de unidades de amostragem com características semelhantes, sobre as quais o auditor pretende aplicar procedimentos de auditoria.

Nesse caso, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 530 (Amostragem em Auditoria), o auditor realizou o processo de:

- a. Regressão.
- b. Correlação.
- c. Associação.
- d. Aglomeração.
- e. Estratificação.

38. Um dos procedimentos de auditoria para obtenção de evidência de auditoria é o que o auditor busca uma resposta de terceiro, em forma escrita, eletrônica ou em outra mídia. Esse procedimento é relevante no tratamento de afirmações associadas a certos saldos contábeis e seus elementos.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 500 (Evidência de Auditoria), esse procedimento é conhecido como:

- a. Vistoria.
- b. Inspeção.
- c. Observação.
- d. Confirmação externa.
- e. Teste de materialidade.

39. De acordo com a Lei Orgânica de Joaçaba, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado e:

- a. Ao Prefeito municipal, salvo em caso de malversação de recursos.
- b. À Assembleia Legislativa Estadual, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- c. À Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade solidária.
- d. Ao Poder Judiciário, na pessoa do juiz da comarca local.
- e. À Controladoria Geral da União ou órgão equivalente.

40. De acordo com a Lei Orgânica de Joaçaba, o Tribunal de Contas do Estado emitirá um documento que consiste em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro e a execução do orçamento do município. Concluirá pela aprovação ou não das contas, indicando, as parcelas impugnadas, se for o caso.

Esse documento é chamado de:

- a. Parecer prévio.
- b. Resultado da gestão.
- c. Exposição de achados.
- d. Laudo de desempenho.
- e. Relatório de conformidade.

**Página
em Branco.
(rascunho)**

**Página
em Branco.
(rascunho)**

Utilize a grade ao lado para anotar as suas respostas.

Não destaque esta folha. Ao entregar sua prova, o fiscal irá destacar e entregar esta grade de respostas que você poderá levar para posterior conferência.



GRADE DE RESPOSTAS

1		1504 Auditor Interno	21	
2			22	
3			23	
4			24	
5			25	
6			26	
7			27	
8			28	
9			29	
10			30	
11			31	
12			32	
13			33	
14			34	
15			35	
16			36	
17			37	
18			38	
19			39	
20			40	



Concurso Público

EDITAL 001/2025 MUNICÍPIO DE JOAÇABA



